

Eixo Capital



MILA FERREIRA (INTERINA)
milaneivaf@gmail.com

Receita DF



R\$ 4,3 milhões em mercadorias irregulares

Somente nos primeiros 15 dias de setembro, auditores da Secretaria de Economia do Distrito Federal recolheram R\$ 4,3 milhões em mercadorias sem nota fiscal ou com documentos sem idoneidade. Com as apreensões, entre impostos e multas, foi gerado um crédito tributário de R\$ 1,8 milhão.

A variedade de produtos apreendidos é ampla: vai de cigarro de palha a bebidas, de cosméticos a eletrônicos. Apenas de bebidas quentes, como vodka, conhaque e rum, foram recolhidas ao depósito da Receita mais de 10,9 mil litros. Além disso, 60 mil latas de óleo de soja foram apreendidas.

“O mais relevante disso tudo é que o nosso trabalho garante a concorrência leal, zelando pelos contribuintes que cumprem corretamente suas obrigações”, destaca o coordenador de fiscalização tributária da Secretaria de Economia, Silvino Nogueira Filho. “Cada operação, além de desestimular a sonegação, assegura que os tributos recolhidos retornem à sociedade em forma de obras e projetos na saúde, na educação, na segurança e na infraestrutura”, reforça.

Economia para a Justiça

Entre 2020 e 2025, mais de 1 milhão de processos deixaram de ingressar no Judiciário brasileiro devido à transferência de atos como inventários, divórcios, usucapiões e retificações para os cartórios do país. O movimento, conhecido como desjudicialização, resultou em economia de mais de R\$ 2,3 bilhões aos cofres públicos e em maior agilidade para a resolução de demandas que não envolvam conflitos.

As informações são do estudo “Cartórios em Números”, da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg/BR). O movimento teve início em 2007, com a edição da Lei nº 11.441/2007, que permitiu a realização de inventários, partilhas, divórcios e separações diretamente em cartórios. Além dos atos consolidados, o processo de desjudicialização foi ampliado recentemente pelo Marco Legal das Garantias (Lei nº 14.711/2023), que delegou novas atribuições aos cartórios brasileiros em diferentes especialidades.

Colégio Notarial do Brasil - Seção Minas Gerais/Divulgação



Mais de 1 mil uniões oficializadas

Desde que foi instituído como um programa do Governo do Distrito Federal (GDF), por meio do Decreto nº 41.971/2021, o Casamento Comunitário contou com 12 edições. Ao todo, 1.100 casais tiveram a oportunidade de selar a união oficialmente por meio do programa. A mais recente edição do evento, promovido pela Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus-DF), aconteceu no último domingo e contou com a presença da vice-governadora Celina Leão (PP). A próxima cerimônia será realizada no dia 7 de dezembro quando mais 100 casais falarão o tão sonhado sim.

“Cada dia que passa, vamos aperfeiçoando cada vez mais o nosso evento. Agora, de uma forma inédita, além de oferecermos a cerimônia, oferecemos também a recepção”, disse a secretária Marcela Passamani. “O Casamento Comunitário é uma política de Estado, onde trazemos a formalização da família legal e juridicamente para o DF”, completou a chefe da Pasta.

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



MPDFT



Unidade socioeducativa pode ser desativada

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) recomendou, na última semana, o descredenciamento da Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS), localizada no Complexo Penitenciário da Papuda. Os jovens devem ser realocados em outras unidades do DF. A justificativa é a de que tanto a UIPSS, como outras unidades de internação do DF apresentam taxa de ocupação abaixo da capacidade instalada, o que permite transferência para outro espaço. Além disso, a instalação da unidade de São Sebastião não atende às normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

A recomendação destaca que a subutilização de espaços adequados das outras unidades de internação do DF representa não apenas um desperdício de recursos públicos, mas também prejuízos direto aos socioeducandos no DF, pois a insuficiência de internos dentro de cada unidade inviabiliza a realização de cursos profissionalizantes pelo Sistema S.

DF na liderança da Comissão da PEC da Segurança Pública

O deputado federal Alberto Fraga (PL-DF) foi eleito vice-presidente da comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25, conhecida como PEC da Segurança. Fraga, que também é presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública, foi eleito primeiro vice-presidente do colegiado.

O parlamentar afirmou que vai trabalhar pelo avanço do projeto no Congresso. “A segurança pública é hoje uma das maiores preocupações do povo brasileiro. Nosso compromisso é trabalhar para que a PEC avance e traga mais tranquilidade e paz para a sociedade”, destacou.

A comissão terá 34 membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de até 40 sessões para apreciar a proposta antes de encaminhá-la ao plenário da Câmara.



Kayo Magalhães/Câmara

“O voto histórico de Carmen Lúcia foi um brado de coragem e firmeza jurídica. Essa condenação inédita é um recado claro: ninguém está acima da lei e a tentativa de destruir nossa democracia não ficará impune. É uma vitória crucial para todos que defendem o Estado Democrático de Direito e acreditam na Justiça”

Chico Vigilante, deputado distrital (PT)

“Bolsonaro foi condenado por vingança. Para que essa vingança se operacionalizasse, era necessário prender outras pessoas inocentes, como a Débora do Batom, para que tudo isso chegasse ao seu ápice. Para que a injustiça que aconteceu tivesse vez, foi necessário cometer outras injustiças”

Thiago Manzon, deputado distrital (PL)

SÓ PAPOS

Kayo Magalhães/CB/D.A Press

Carolina Curi/Agência CLDF

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | LUÍS ANTÔNIO DE ALMEIDA REIS | PRESIDENTE DA CAESB

Expansão no fornecimento de água

Durante o *CB.Poder*, foram reveladas ações para garantir segurança hídrica no Núcleo Rural Café Sem Troco e em São Sebastião

» LUIZ FELLIPE ALVES

O presidente da Companhia Ambiental de Saneamento do Distrito Federal (Caesb), Luís Antônio de Almeida Reis, anunciou, em primeira mão, a autorização que a companhia conseguiu da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (Ana) para fazer a captação na Usina Hidrelétrica de Queimado. Ao *CB.Poder* — parceria entre *Correio* e TV Brasília — de ontem, Luís Antônio explicou aos jornalistas Roberto Fonseca e Adriana Bernardes, que essa captação será destinada ao abastecimento de regiões como Núcleo Rural Café Sem Troco e São Sebastião. E antecipou obras de saneamento básico em regiões mais carentes, como Santa Luzia e Morro da Cruz.

Como vai funcionar essa nova captação da usina hidrelétrica Queimado (MG)?

É mais um reforço para o nosso sistema de abastecimento de água. Somos um estado sem muitos corpos d'água para fazer captação, isso evita que a gente tenha que fazer construções. Essa outorga permite que a gente retire até mil litros de água por segundo, aproximadamente. Essa quantidade é capaz de abastecer até

400 mil pessoas, o que equivale à população de Ceilândia e Samambaia juntas. Pretendemos atender as regiões do Núcleo Rural Café sem Troco e São Sebastião, que ainda são abastecidas por poços.

Quanto tempo levará para esse projeto ficar pronto? Quanto irá custar?

Temos três anos para fazer todos os projetos e, de fato, iniciar a captação. Queremos agilizar esse primeiro processo (projetar como a captação será feita) e definir esses projetos em até seis meses. Isso vai agilizar o nosso fornecimento de água. Depois, iremos começar com a licitação para começar efetivamente as obras de captação de água. Seria muito antecipado fazer uma previsão de custos, porém, podemos considerar parâmetros de outros sistemas de ampliação, como o do Lago Norte, por exemplo, que está estimado em R\$ 350 milhões. Mas não dá para cravar um número exato.

A Caesb já possui alguns planos definidos para o futuro. Qual é a prioridade hoje?

Trabalhamos por três eixos. A segurança hídrica se refere a garantir o abastecimento de água,

Bruna Gaston CB/DA Press



principalmente nos períodos de seca. Estamos investindo muito no tratamento de esgoto para devolver esses dejetos de forma sustentável para córregos sem prejudicar a natureza. Também estamos com uma obra gigantesca para o tratamento do rio Melchior e de outras estações de esgoto. E fazemos também a redução de perdas, é importante evitar a perda porque enquanto você evita perdas, você também está produzindo água. Atualmente, o DF possui uma taxa de perda em torno de

30% a 32%. A meta em cinco anos é reduzir isso para próximo de 20%. No ano passado, já trocamos 100 mil hidrômetros e vamos substituir mais 550 mil, isso também evita perdas.

Sobre o saneamento básico, quais são as regiões que mais necessitam de atenção?

Os pontos focais são as regiões mais carentes, como Santa Luzia, Morro da Cruz e outras regiões que possuem bolsões de pobreza. Nessas regiões, as pessoas precisam muito da

atuação do governo. Então, o nosso foco principal são essas regiões, elas são prioridade para receber obras de saneamento. Estamos começando as obras nesses pontos focais. Em Santa Luzia e o Morro da Cruz, por exemplo, as obras já foram contratadas.

Há uma década, acompanhamos a mais grave crise hídrica no DF. Qual é o panorama hoje

das nossas bacias no Distrito Federal?

O Lago Paranoá está bem, em um nível controlado. O Lago do Descoberto está com capacidade perto de 80%. No ano passado, apenas para se ter uma ideia, este estava com um nível de 22% do que apresenta hoje. Já o Lago de Santa Maria está com uma capacidade de 68%. Temos feito melhorias contínuas nos nossos sistemas para garantir mais segurança hídrica.

Em relação aos produtores rurais, há algum projeto específico voltado para o setor agro do Distrito Federal?

Temos o saneamento rural, que atende o agricultor. Eu tenho que disponibilizar um sistema de água e um sistema de tratamento de esgoto, que pode ser apenas um biodigestor, uma fossa séptica na casa do agricultor. Isso é importante, porque essa residência é um sistema isolado, que está a quilômetros da rede mais próxima. Isso é replicado em todo o mundo, o esgoto é captado e tratado localmente. Temos um sistema junto com a Emater em que distribuímos fossas em regiões agrícolas. A Caesb faz isso há alguns anos, mas estamos revendo o nosso sistema com focos de atuação para as áreas que mais necessitam.



Aponte a câmera para assistir à entrevista completa